

FILOLOGIA¹

Disciplina imprescindível para a compreensão global das culturas e das civilizações, a Filologia tem, entre outras, a função de interpretar e comentar os textos escritos.

Filologia é a ciência que tem por objeto o estudo da língua em toda a sua amplitude e dos documentos escritos, seja qual for a natureza destes. O filólogo procura averiguar o sentido de um texto e, ao mesmo tempo, interpretá-lo na medida do possível, dentro do contexto histórico em que foi redigido. É também sua tarefa — e das mais importantes — restaurar o texto original do autor, pois muitas vezes dele só subsistem cópias deformadas em maior ou menor grau. O filólogo deve possuir amplos conhecimentos de disciplinas auxiliares como História, Arqueologia, Lingüística, Literatura, Paleografia, Mitologia etc., que por sua vez se valem dos resultados por ele obtidos.

Os conceitos de Filologia e Lingüística têm sido, não raro, indevidamente confundidos. Isso ocorre porque os conhecimentos lingüísticos são imprescindíveis para que o filólogo desempenhe sua tarefa. Um mesmo estudioso pode trabalhar ora como filólogo, ora como lingüista, às vezes até contrariando suas inclinações pessoais. Contudo, apesar dos serviços que a Filologia e a Lingüística prestam uma à outra, a distinção entre ambas deve ser clara e rigorosa, pois seus objetivos são bem diversos.

Cabe à Filologia tão-somente fixar e comentar os textos: se ela trata de questões atinentes à Lingüística, é antes de tudo para poder entender corretamente os documentos escritos e para comparar os que pertencem a épocas distintas. O lingüista, para quem a linguagem, falada ou escrita, é um fim em si mesmo, estuda os fatos da língua investigando suas leis internas. Por outro lado, a Lingüística ocupa-se preferentemente da linguagem oral, que foge ao campo de estudo da Filologia.

¹ Estamos editando este verbete da *Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.*, por ser um texto divulgado por uma enciclopédia difundida no mundo todo em dezenas de línguas, num momento em que os filólogos brasileiros estão empenhados na reafirmação do lugar que merece a ÁREA DE CONHECIMENTOS a que se dedicam. [José Pereira da Silva]

História

Escola Alexandrina

A Filologia foi criada pelos alexandrinos para reconstituir e comentar os textos dos grandes escritores do passado. Partiam aqueles estudiosos do pressuposto de que com eles a língua grega havia alcançado um grau de perfeição insuperável e que, portanto, suas obras deviam ser conservadas em sua forma primitiva, sem nenhuma impureza. Aristófanes de Bizâncio (Século III a.C.) e seu discípulo Aristarco de Samotrácia foram os maiores filólogos da escola alexandrina.

O principal domínio do trabalho filológico dos alexandrinos foi a crítica de textos e a interpretação dos poemas homéricos. Em seu propósito de estabelecer os textos originais, eliminaram passagens apócrifas e explicaram as peculiaridades lingüísticas — fundamentalmente arcaísmos e dialetalismos — de difícil entendimento para os leitores da época. Deve-se a eles a divisão em livros e cantos das obras dos escritores da Grécia clássica. Esta divisão, embora por vezes discutível, continuou mantida nas edições modernas. Seu trabalho contribuiu, também, para o aprofundamento dos estudos dos problemas lingüístico-literários.

Roma

Os melhores trabalhos propriamente filológicos da civilização romana apareceram já na baixa latinidade, quando os estudos sobre os autores clássicos latinos ganharam muito brilho. Merecem destaque, no século VI, os comentários de Sérvio sobre Virgílio e, no século V, os de Macróbio sobre *O sonho de Cipião*, de Cícero. São Jerônimo (séculos IV-V) salientou-se como filólogo de textos bíblicos, devendo-se a sua pena a Vulgata, versão latina da Bíblia que gozou de reconhecida autoridade durante séculos.

Idade Média

Na Idade Média, os bizantinos continuaram a tradição filológica clássica, já distantes do antigo esplendor. Entre eles, destaca-se Fócio, no século IX. No Ocidente europeu, os trabalhos filológicos entraram em acentuada decadência. Neste campo, o único trabalho digno de menção foi a cópia de manuscritos, pagão ou cristãos, que os monges realizavam nos mosteiros, seguindo a tradição inaugurada por Cassiodoro no século V.

Essa tarefa teve, porém, inestimável importância, porquanto, com a destruição das enormes bibliotecas de Alexandria e Constantinopla, foi graças a tais cópias que se pôde salvar uma parte significativa da cultura clássica, a qual de outro modo se teria perdido para sempre.

Humanismo

O auge da Filologia deu-se com o humanismo, iniciado na Itália nos séculos XIV e XV, e que se estendeu aos outros países da Europa ocidental no século XVI. Os humanistas, admiradores dos clássicos, dedicaram-se intensamente a estudá-los e comentá-los, e divulgaram os numerosos manuscritos descobertos na época, contando para isso com o poderoso auxílio da imprensa, recentemente descoberta. Os escritores clássicos foram vistos como modelos universais, instituindo-se o princípio de que uma obra literária devia esforçar-se por imitá-los.

No início, os humanistas concentraram suas atividades nos manuscritos latinos. Só após a queda de Constantinopla em poder dos turcos, em 1453, que provocou a imigração de muitos sábios bizantinos, os humanistas começaram a interessar-se também pelos manuscritos gregos. Esses manuscritos eram, inicialmente, reproduzidos tal como aparecia, sem nenhum tratamento crítico. Só no século XVI começou-se a considerar, de modo mais sistemático, o valor e a confiabilidade dos diferentes manuscritos existentes e surgiram edições de textos com certo rigor crítico.

Entre os primeiros humanistas está o poeta italiano Petrarca, admirador dos escritores romanos da antigüidade. O número dos que se distinguiram por seus trabalhos e comentários sobre textos clássicos é considerável. No século XVI sobressai o humanista Erasmo de Roterdã, um dos mais ilustres filólogos de seu tempo, responsável pela edição do texto grego do Novo Testamento, em 1516. Na Espanha, destacam-se humanistas como Antônio de Nebrija e Jerônimo de Zurita. Na França, merece menção especial Guillaume Budé, pela precisão e sobriedade de seus métodos filológicos.

Filologia Moderna

A tradição humanista continuou predominando nos séculos XVII e XVIII. A crítica de textos, embora apresentando progressos, permaneceu escrava dos padrões que a orientação estética impunha aos filólogos, o que os impedia de adotar métodos rigorosamente críticos, necessários para a fixação dos textos antigos.

Foi na Alemanha, no século XIX, que, a partir do estudo das obras bíblicas e clássicas, se instituíram os critérios que desde então norteariam os trabalhos filológicos. Ampliou-se, também, nesse século, o domínio da Filologia, que passou a ocupar-se de outras línguas além do latim, grego e hebraico. Apareceram a Filologia Românica, a Germânica, a Eslava etc. Do mesmo modo, as valiosas descobertas de textos do antigo Egito possibilitaram o nascimento da Papirologia. Deu-se grande importância aos estudos filológicos medievais e criou-se uma nova ciência, a Linguística Moderna, distinta da Filologia.

No século XX, a Filologia continuou a avançar pelos caminhos abertos no século XIX. Além de dar ênfase cada vez maior à crítica de textos, o filólogo procura reconstituir, por meio dos documentos escritos, a civilização da época em que foram redigidos. A Filologia tornou-se, assim, um instrumento imprescindível para a investigação histórica e, de modo geral, para o estudo das manifestações culturais do passado.

Crítica e Interpretação

Tradicionalmente, a Filologia divide-se em dois ramos principais: a Ecdótica, ou Crítica Textual, que procura reconstituir a versão original de um texto, seja ele antigo ou moderno, valendo-se de métodos confiáveis; e a Hermenêutica, que, adotando uma atitude exegética, pretende interpretar com exatidão o que diz um texto.

A Hermenêutica desenvolveu-se principalmente para interpretar o sentido dos textos bíblicos. Exige conhecimentos muito amplos da língua em causa, bem como de diversas matérias e disciplinas auxiliares. Pela própria natureza da tarefa, seus resultados são, não raro, controvertidos.

A Ecdótica, que requer a utilização de uma metodologia rigorosa, torna-se absolutamente necessária quando se perdeu o texto original do autor que se pretende estudar. Na Ecdótica, trabalha-se sobre as cópias subsistentes de uma obra. Não existindo o original, apresentam-se duas hipóteses: somente uma cópia se conserva ou há várias. Na primeira hipótese, o trabalho deve efetuar-se unicamente sobre a cópia conservada. Nos lugares em que se observam erros de transcrição, pratica-se a *emendatio* ou correção, com base nos dados da história da língua e no *usus scribendi* (maneira de escrever) do autor.

Quando a cópia é apócrifa (tomada do original), como ocorre, por exemplo, com o *Dom Quixote*, o trabalho torna-se relativamente simples, do ponto de vista técnico. Os maiores problemas surgem quando a cópia con-

servada é de data muito posterior à do original e, devido aos erros ou emendas do copista que a transcreveu e de todos aqueles que o antecederam, o texto primitivo se encontra previsivelmente alterado. Nesse campo, pode-se reproduzir o texto tal como figura na cópia ou preparar uma edição crítica (aquela que reconstitui hipoteticamente o que o autor disse no original). Essa edição, apesar de tudo, se baseia fundamentalmente nas suposições do filólogo.

Se existe mais de uma cópia, segue-se na preparação da edição crítica o método do filólogo alemão Karl Lachmann, que no prefácio a sua edição de Lucrécio, de 1850, estabeleceu critérios rigorosos e precisos para esse campo da Filologia. Seu método compreende as seguintes fases:

1. *Recensio*, ou coleta de todos os materiais pertinentes.

2. *Collatio*, ou comparação do conteúdo de cada uma das cópias entre si. Formam-se famílias (grupos de cópias com um antepassado comum) a partir do método “dos erros comuns”: se, em determinado instante, dois textos mostram o mesmo erro, deve-se suspeitar que ambos possuem um antepassado comum ou que um procede do outro. Estabelecem-se, desse modo, vários grupos de transmissão. Dentro de cada um deles, consideram-se posteriores as cópias que oferecem uma leitura mais incoerente ou apresentam divergências que dificultam a leitura, já que isso permite deduzir que se trata de alterações de um copista sobre um texto anterior.

1. *Eliminatio codicum descriptorum*, ou fase de rejeição das cópias tidas como posteriores.

2. Elaboração de um estema ou árvore genealógica das cópias selecionadas para seu estudo, e estabelecimento, a partir da rede de relações pelas quais as referidas cópias estão ligadas, de leis internas que determinem a solução adotável em caso de divergências. Desse momento em diante, a seleção é feita de maneira mecânica.

Existem outros métodos, como o do francês Joseph Bédier, baseados exclusivamente em critérios pessoais, mas que são, por essa mesma razão, de resultados muito discutíveis. O método de Lachmann, universalmente aceito, permite quase sempre a reconstituição fidedigna de um original por meio de suas cópias.

(*Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.*)